

EDUCAÇÃO SOCIAL E SUA LUTA POR DIREITOS: DIÁLOGOS COM EDUCADORES/AS SOCIAIS ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Lucas Henrique da Luz

Bruna Fernanda da Silva

Cássia Cristina Furlan

Universidade Estadual de Maringá –
Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV)

RESUMO

A concepção de educadores sociais acerca dos temas gênero e sexualidade, adstrito a um breve diálogo sobre os feminismos e sua formação em torno da educação social são os temas constituintes deste artigo. A educação social no Brasil ainda se encontra em processo de constituição e a partir disto surge a necessidade de problematizar as bases comumente estudadas e sugerir novas temáticas a serem descobertas pela área, como é o caso das questões de gênero e sexualidade. Este trabalho pretende investigar o entendimento de educadores sociais do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivaí de Ivaiporã-PR sobre as questões de gênero e sexualidade questionando a sua formação relacionada aos temas e sugerindo possíveis trajetórias de estudos, identificando seus entendimentos, caracterizando os aspectos encontrados e por fim contrastando e problematizando as informações analisadas. A pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter exploratório. Para realizar o trabalho com os dados utilizamos a análise de conteúdo. Por fim o resultado nos mostra concepções de educadores/as e suas formações, além de alicerçar uma nova ideia de estudo para a ação educativa do projeto em questão.

Palavras chaves: Educação Social; Gênero; Sexualidade; Formação.

INTRODUÇÃO

A Educação Social e suas relações com a temática de gênero e sexualidade na perspectiva de educadores/as sociais que trabalham com crianças e adolescentes será o assunto analisado neste artigo. A educação social se configura como uma área nova no Brasil, onde ela se faz reconhecida apenas pela

Realização:



Apoio:



Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, não havendo lei que a discipline como profissão. Por outro lado, atualmente tramitam dois processos de regulamentação da profissão, um de 2009 na câmara dos deputados e outra de 2015 no senado federal (NATALI, 2016)¹. A partir de sua regulamentação surge a necessidade de uma formação específica, luta empreendida pelo PCA – Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, na qual estamos/as inseridos/as, e neste ponto explicitamos o quão importante se faz a inclusão das temáticas abordadas aqui neste artigo, pois ressaltamos que no Brasil 343 LGBTT foram assassinados no ano de 2016, dados estes recolhidos pelo Grupo Gay da Bahia que a 37 anos coleta e divulga tais homicídios, em um país onde a cada 25 horas um LGBTT é assassinado. Apontamos a necessidade de o educador/a social atuar mediante estas temáticas não somente com a população LGBTT em si, mas abordando e lutando contra a homofobia que em nosso entendimento é a causa de muitas violações de direitos básicos como os descritos no Art. 227 da Constituição Federal². A violação de direitos está em todos os gêneros e faixas etárias, no mapa da violência de 2015 é destacado que entre 1980 e 2013 morreu um total de 106.093 mulheres vítimas de homicídio, um número alarmante, pois o número aumentou drasticamente de 1980 que contabilizava 1.353 para 4.762 de 2013, também ressaltamos a importância de atuarmos com as crianças, uma vez que observamos dados preocupantes de denúncias como descrito abaixo e a falta de dados oficiais:

Que indiquem a quantidade de casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, pode-se ter um parâmetro a partir das denúncias apresentadas no Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 100, onde, desde sua implantação em 2003 até junho de 2009, foram registradas 101,7 mil denúncias (BAARS, 2009, p.11).

¹Projeto de lei N.º 5.346-B, DE 2009 na câmara dos deputados e o Projeto de Lei do Senado Federal Nº 328 de 2015

²É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL,1988).

Realização:

Apoio:



Em nossa concepção:

O educador tem como ponto de partida seu comprometimento com o oprimido, que nem sempre é oprimido, ora é oprimido, ora é opressor, dessa forma a Educação Social se desvela de várias formas e maneiras num cotidiano inventivo, devido a esta provisoriamente o Educador Social precisa a todo instante analisar sua prática, rever a teoria que o orienta para sempre redimensionar sua compreensão de mundo, vendo esse mundo com o oprimido e também a partir dele, compreendendo além do mundo exterior sua prática pedagógica e a si mesmo (PAIVA, 2011, p.42).

E por trabalharmos diretamente com o/a oprimido/a em diferentes situações, entendemos que a “Educação Social está inscrita no âmbito da defesa dos direitos humanos, na relação educacional que objetiva potencializar o acesso dos sujeitos aos conteúdos culturais e políticos e a participação ativa na sociedade” (SOUZA, NATALI, MULLER, 2015, p.2). Desta forma objetivamos analisar as concepções de gênero e sexualidade presente no imaginário de educadores/as sociais, realizando um breve diálogo sobre movimentos feministas discutindo tais temáticas em torno da formação de educadores/as sociais do município de Ivaiporã-PR. E como objetivos específicos tivemos: Identificar as concepções de gênero, sexualidade e do movimento feminista de educadores/as sociais do município de Ivaiporã-PR; caracterizar os aspectos encontrados que se relacionam a sua formação e atuação; e, por fim contrastar e problematizar as bases que compõem a ação educativa deles em torno da temática gênero, sexualidade e feminismos.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter exploratório onde “o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja” (TRIVIÑOS, 1987, p.109). Deste modo contatamos os educadores/as sociais do Projeto “Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí – PR”, que faz parte do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente-PCA, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PEC da Universidade Estadual de Maringá-UEM para buscarmos as informações necessárias realizando entrevistas semi-estruturadas, que entendemos:

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Sendo utilizada a análise de conteúdos de Bardin (1977) onde constatamos após nossa análise de dados como categorias pós-analíticas as seguintes: gênero, sexualidade, feminismos e formação, que nos possibilitaram compreender melhor a relação dos/as educadores/as sociais com as temáticas propostas.

EDUCAÇÃO SOCIAL E GÊNERO

A Educação social apresenta múltiplos locais onde se possa atuar, entendemos que ela estabelece sua práxis relacionada à necessidade de sua intervenção ultrapassando limites dos campos formais, não formais e informais, desta forma entendemos que:

A educação social compreende a educação de adultos, popular, comunitária, cidadã, ambiental, rural, educação em saúde e se preocupa, particularmente, com a família, a juventude, a criança e o adolescente, a animação sociocultural, o tempo livre, a formação na empresa, a ação social. O educador social atua no âmbito da Educação de adultos, Educação parental, Educação de deficientes, Educação laboral e ocupacional, Educação para o tempo livre, Educação cívica, Educação comunitária, Educação para a saúde, Educação penitenciária, Educação intercultural, Educação ambiental e outros (GADOTTI, 2012, p. 11).

Destes tantos locais de atuação enfatizamos a importância de o/a educador/a social trabalhar com as questões de gênero e sexualidade sendo um agente potencializador da garantia de direitos diante de tantas injustiças sociais.

Quando estabelecemos duas temáticas diferentes como enfoque deste artigo, ao/à leitor/a possivelmente surja a dúvida de como elas se correlacionam. Ainda mais provindo de uma área em ascensão que passou a ser alvo de estudos no Brasil somente nas duas últimas décadas, a Educação social (NATALI, 2016). Para esclarecer esta questão iniciada acima iniciemos falando de nosso entendimento acerca do tema no qual compreendemos como:

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



[...] una práctica educativa que opera sobre lo que lo social define como problema. Es decir, trabaja en territorios de frontera entre lo que las lógicas económicas y sociales van definiendo en términos de inclusión/exclusión social, con el fin de paliar o, en su caso, transformar los efectos segregativos en los sujetos. La educación social atiende a la producción de efectos de inclusión cultural, social y económica, al dotar a los sujetos de los recursos pertinentes para resolver los desafíos del momento histórico (NUÑEZ, 1999, p.26).

Desta forma, a educação social apresenta o papel de potencializar o sujeito almejando instrumentalizá-lo para que ele/a possa modificar o seu contexto impulsionando-o/a em direção as culturas vigentes de nossa época (MÜLLER, 2010). Sendo assim o/a educador/a tem relação direta com os direitos humanos como explicita os educadores/as sociais: “A educação social trabalha os direitos e deveres [...]” (educadora B), “A gente vê que o educador social atua com os direitos violados [...]” (educador/a E).

E quando adentramos o tema dos gêneros e sexualidades observamos que a situação das populações consideradas minorias, como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis – LGBTTT infelizmente ainda se configuram como de risco.

Em 2013, foram registradas pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. Em relação a 2012, houve uma queda dos registros ao Disque 100 de 44,1%” (BRASIL, 2016, p.11).

As violações relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero estão vinculadas a um padrão binário e heteronormativo que constitui diversas formas de abusos e formas de violências providas do ódio e exclusão (BRASIL, 2016), que por vezes podem estar em nós educadores/as, e o acesso ao conhecimento dentro de nossa formação pode ser o fator decisivo em nossas carreiras.

Pelo menos eu fui criado por um pensamento conservador, fechado [...] As vezes a gente não quer seguir isso, mas como você tá ali, essa cultura acaba fazendo parte do seu dia adia.[...] porque a gente sempre encontra aquele pensamento machista, conservador que sempre o mundo parece que o mundo vive em torno deles e eles não vê que é mais que isso (educador/a E).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



E quando questionado se haveria mudança caso o contato com estas temáticas tivessem ocorrido na sua infância, evidencia a necessidade de almejarmos o conhecimento sobre os temas.

Sim porque hoje eu não teria certo medo de falar ou uma certa repressão porque a gente, a família acaba tendo um pensamento que agora a gente tenta mudar [...] agora com o projeto com a professora a gente buscará perguntando, mas ainda necessita uma contribuição ainda maior de tá pesquisando procurando participando.

Adstrito a isto a educação social aparece com o papel de atuar no combate as injustiças promovendo a formação de sujeitos com direitos assegurados e ativos/as politicamente em seu convívio social, trabalhando não somente com aqueles/as que já estão em situação de vulnerabilidade e exclusão social, mas também partindo da premissa de que todo sujeito em contato com o/a Educador/a social possa ser alvo de sua atuação que se categoriza como uma ação do presente que olha para o futuro e considera todo o passado (MÜLLER, 2010), portanto, uma ação humana, social e política consciente das suas possibilidades e dos sujeitos protagonistas da sua ação, e neste ponto explicitamos (como apontou o/a educador/a) a importância de a educação social abranger tais conteúdos, pois “[...] se eu to trabalhando com pessoas eu tenho que saber trabalhar com todos os tipos de pessoas [...]” (educador/a E).

Pensar nas categorias gênero e sexualidade é pensar nas diferentes perspectivas que podem influenciar na constituição das identidades das pessoas, e esse também é um trabalho do/a educador/a social, visto que é preciso valorizar o respeito a todos e todas.

Quando nos propomos a problematizar as questões de gênero, precisamos nos atentar para o contexto histórico que tem se desenvolvido, também na contemporaneidade, que atua nos modos como lidamos com tais questões. Ao longo da história, diversos foram os discursos que se reproduziam tentando justificar as diferenças sociais entre os sexos com base em fundamentações biológicas, colocando homens e mulheres em esferas separadas, perante isso o conceito de gênero surge para rebater a ideia inicial, rejeitando explicações traçadas no determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



(SCOTT, 1995), que por sua vez explicaria os comportamentos de homens e mulheres, tendo para si uma visão naturalizada e imutável dos comportamentos humanos. Porém devemos ressaltar que os corpos também são construções biológicas, mas para além de um corpo biológico, a sexualidade é entendida como uma construção social, histórica e cultural ou seja, o que realmente importa no ponto de vista das relações de gênero é discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituído na formação de mulheres e homens, meninas e meninos (FELIPE, 2004). Sendo assim a característica fundamental do conceito de gênero é que não se deve pensar em papéis especificamente masculinos e femininos, papéis estes, que seriam impostos pela sociedade determinando os comportamentos que definem os membros, como suas roupas, e seus modos de se relacionar com as pessoas ou de se portar na sociedade (LOURO, 1997), fato que muitas vezes serviu para justificar a desigualdade entre ambos. Dessa forma é necessário entender o gênero como a constituição das identidades dos sujeitos, baseando-se em formulações críticas dos estudos feministas e dos estudos culturais. Portanto, se faz necessário compreender os sujeitos possuindo identidades plurais, múltiplas; identidades que se modificam, que se transformam e que não são fixas ou permanentes, podendo ser até mesmo contraditórias, assim se dá sentido ao pertencimento de diversos grupos (étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc) (LOURO, 1997).

Quando falamos de identidade de gênero é importante destacar que em vários discursos se englobam as questões de sexualidade, é importante que se estabeleça distinções entre identidade de gênero e identidade sexual. Alguns estudiosos e estudiosas buscam o refinamento em suas análises ressaltando pontos importantes. Louro (1997 *apud* WEEKS, 1993) afirma inúmeras vezes que a sexualidade tem tanto a ver com palavras, fantasias, imagens e o ritual com o corpo, de fato os sujeitos podem viver a sexualidade de diferentes formas e maneiras. Então identidade sexual de um sujeito se constrói a partir da maneira como ele vive a sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. No entanto os sujeitos também se identificam com masculinos ou femininos assim construindo a sua identidade de gênero (LOURO, 1997), ou mesmo questionando tais binarismos. Podemos assim, destacar

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



o que alguns/mas educadores/as sociais entrevistados/as compreendem por identidade de gênero,

[...] Não sei (Educador/a A).

[...] Identidade de gênero eu acredito que seja aquilo que a pessoa se identifica, com o que ela é, mesmo que ela seja homem, mas ela se sente como uma mulher, talvez seja nesse sentido pra mim (Educador/a B).

[...] Então, a identidade de gênero eu compreendo que seja a pessoa busca ser o que ela quer ser, por exemplo, se eu nasci sou considerado sexo como masculino e busco a minha identidade como homem ou como homossexual, ou ser for mulher ela buscar a sua identidade como homossexual pra mim é isso (Educador/a E).

Neste pequeno diálogo, alguns educadores apresentam algum conhecimento sobre o significado da palavra, exceto o/a educador/a “A”, que nos mostra não ter conhecimento de seu significado. Também observamos que há uma certa confusão quando explicitados os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual.

Como explicitado, a identidade gênero e a identidade sexual estão inter-relacionadas, contudo, a nossa linguagem por vezes acaba confundindo-as e tornando complicado pensá-las distintamente. No entanto, elas não são a mesma coisa, os sujeitos femininos ou masculinos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais e ao mesmo tempo eles podem ser, negros, brancos, etc. Louro (1997, p. 27) afirma que o importante é considera que tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento.

Não é possível determinar o momento em que possa ser entendido como aquele em que a identidade sexual ou a identidade de gênero se assenta ou se estabeleça, as identidades estão sempre se transformando. Louro (1997, p.27 *apud* BRITZMAN, 1996, p. 74) afirma que:

Nenhuma identidade sexual, mesmo a mais normativa é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Realização:



Apoio:



E quando perguntamos sobre a formação existente acerca de tais assuntos, e se os educadores/as se sentem preparados/as para trabalhar questões de gênero e sexualidade a resposta foi unanimemente “não”, “não muito” sendo que três educadores/as alegaram já ter vivenciado casos em torno dos temas e dois/duas disseram não terem contato com nenhum caso, desde simples casos como o padrão heteronormativo de se portar onde o contato se torna um tabu:

No projeto tem um educando [...] com os educadores homens ele tem uma certa dificuldade de se relacionar e a gente vê que ele chega cumprimenta com um beijo no rosto um abraço só as meninas e nós homens ele deixa de lado só cumprimenta dando “tchauzinho” (educador/a E).

Apesar disto, todos julgaram necessária a presença dos assuntos em torno da formação do/a educador/a social, como explicitamos abaixo:

Porque isso acontece a todo momento em todo lugar e o educador social tem que ta preparado pra tudo (educador/a C).
Sim, com certeza. Principalmente para nós educadores e futuros professores trabalhar com essa temática gênero (educador/a B).

De fato, podemos pensar as identidades de gênero de modo semelhante, pois também estão se transformando continuamente, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos arranjando e desarranjando o seu lugar no meio social, encontrando assim a sua forma de ser e viver no mundo.

FEMINISMOS

Acima destacamos a relação que o/a educador/a social apresenta com as questões de gênero e sexualidade, dentre tantas outras temáticas que estão ligadas diretamente aos direitos a nós estabelecidos pelo país em que vivemos, e o/a educador/a trabalha na identificação dos mesmos, sendo assim para falar do conceito de gênero e trabalhar estas temáticas devemos primeiro entendê-las e começamos enfatizando a história dos movimentos feministas que são movimentos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



que lutam pela igualdade de direitos. Na concepção dos/as educadores/as, feminismo:

[...]É um movimento realizado por mulheres. (educador/a A).

[...] A luta por direitos. (educador/a B).

[...]Eu acho que é o movimento que luta pela igualdade entre os gêneros, eu acho que é isso, eu já ouvi falar bastante mas nunca pesquisei pra saber o que é, certinho. (educador/a D).

Tais afirmações vão ao encontro das perspectivas elencadas dentro dos movimentos feministas no decorrer da história. Na virada do século XIX as manifestações contra a discriminação feminina ganharam visibilidade com o movimento sufragista, que foi um movimento voltado a extensão do direito ao voto as mulheres. Este movimento ganhou uma força inusitada passando a ser considerado a primeira onda do feminismo, e ampliou-se para além do sentido reivindicatório, ou seja, não somente exigindo a igualdade de direitos em termos políticos e sociais, mas propondo possibilidades de crítica teórica acerca do apagamento a que a mulher havia sido submetida na história. Segundo Jimena Furlani (2008, p. 53)

O feminismo possibilitou a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher; demonstrou as desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso ao direito à educação, ao voto, ao patrimônio familiar, à justiça, ao trabalho, a bens materiais etc.; questionou as representações acerca do “ser mulher” e do “ser feminino”; estudou o patriarcado, o machismo e a heteronormatividade e vem demonstrando o caráter de construção social e cultural dessas representações numa sociedade misógina e sexista.

Dentro deste contexto de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, surgiram as teorias feministas, buscando desconstruir noções deterministas e binárias de homens e mulheres. Calas e Smircich (1999 *apud* SANTOS, 2012), classificam as teorias feministas em sete abordagens diferentes que partiram de teorizações e focos de análise distintos, sendo elas, Liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista/pós-moderna e multicultural. Cada abordagem oferecerá formas alternativas voltada ao enfoque das

Realização:



Apoio:



desigualdades de gênero, colocando o problema de forma diferenciada, propondo assim caminhos de ação com solução para tais questões (SANTOS, 2012). A primeira abordagem apresentada é a da teoria feminista liberal, que originou-se dos ideais políticos liberais de igualdade, liberdade e fraternidade entre os séculos XVII e XVIII. Nesta época as mulheres não votavam e não podiam ter propriedades em seu nome, entretanto com a transição de uma forma de produção econômica centrada no lar para uma economia industrial, elas foram gradativamente se tornando dependentes economicamente. Sendo assim, a preocupação da abordagem liberal era mostrar que as mulheres eram tão humanas quantos os homens, ou seja, o tema central abordado pela teoria era a busca da equidade sexual e justiça de gênero (SANTOS, 2012). Quando relacionamos a educação social com feminismos destacam-se a importância do/a educador/a compreender sobre a temática.

A abordagem teórica das feministas radicais surgiu na década de 1960, partido da insatisfação das feministas relacionando a subordinação da mulher ao homem, esse período também é conhecido como a segunda onda do feminismo, movimento que defende uma sociedade livre das diferenças entre os sexos. Essa abordagem fundamenta-se na crítica à subordinação feminina e dominação masculina, ditada por um sistema de gênero construído pela sociedade a partir das diferenças biológicas, perante isso ela propõe uma sociedade baseada na ideia da supressão de distinções de gênero ou sexo.

Outra abordagem se fundamenta na psicanálise freudiana, dando origem à teoria feminista psicanalítica, considerando o desenvolvimento da natureza humana nas suas dimensões tanto biológica quanto psicológica (SANTOS, 2012), ou seja, os indivíduos criam sua identidade sexual como parte de seu desenvolvimento psicosssexual.

Com uma crítica marxista à sociedade capitalista surge a teoria feminista marxista, cuja crítica incide na análise do gênero como parte das relações históricas de opressão capitalista das classes sociais. Entretanto, há uma insatisfação com o pensamento marxista segundo a autora (SANTOS, 2012) por alegar que a opressão feminina seria menos importante do que a opressão do/a trabalhador/a, surgindo assim a teoria feminista socialista, levando em conta que a construção do gênero é um processo social não só entre os sexos, mas também, raça, ideologia e opressão,

Realização:



Apoio:



sob os sistemas capitalistas e patriarcal (SANTOS, 2012). Em um outro direcionamento Calas e Smircich (1999 *apud* SANTOS, 2012), apresentam a teoria pós-estruturalista/pós-moderna, alicerçadas nas críticas pós-estruturalistas francesas contemporâneas do conhecimento e da identidade. De acordo com essa abordagem o sexo e o gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos. Segundo Santos (2012, p. 218):

Em geral, as teorias feministas pós-modernas/ pós-estruturalistas oferecem uma visão mais pluralista de engajamentos políticos, em que gênero se torna apenas um argumento entre outros. Também oferece visões mais complexas da localização social e das estruturas de opressão.

E por fim, surge a teoria terceiro-mundista ou pós-colonial, onde se critica a generalização das questões de gênero apontados pelas feministas de primeiro mundo, cujo conteúdo problematizado tende a considerar as outras mulheres (latino-americanas, negras, trans, dentre outras) como seres invisíveis ou quase humanos. Essa teoria também critica as relações de dominação do primeiro mundo sobre os outros países, divulgando um conhecimento tido como absoluto e inquestionável (SANTOS, 2012).

As teorias feministas nos possibilitam compreender as diferentes formas de construção da identidade social e individual da mulher e também nos fazem refletir sobre as relações de gênero, como se constroem, como se transformam ou se mantêm os padrões de gênero na sociedade. Aqui se dá a importância do/a educador/a social ter em sua grade de estudos tais temáticas, pois:

[...] Nós iremos trabalhar sim com essas situações que se encontram no dia a dia, ele tem que ser bem amplo nos conhecimentos, não somente a dos direitos e deveres mas também sobretudo do feminismo e de outras lutas que a dentro da sociedade (educador/a B).

[...] Então pra ele promover essas discussões é acerca do lugar onde trabalha da comunidade onde ele vive, além de promover essas discussões, buscar uma participação social voltada por exemplo para os direitos iguais das classes que é muito importante. (educador/a E).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Nesse ponto, podemos dizer que fazemos opção teórica pelas teorias feministas pós-estruturalistas, um importante ponto dessa teoria é o método de desconstrução, o que nos permite questionar os esquemas dicotômicos e binários (MARIANO, 2005). Segundo Costa, (2000, *apud* MARIANO, 2005, p.486), os feminismos pós-estruturalistas incluem também uma certa concepção em torno da compreensão de como o sujeito se constrói a partir de significados e de representações culturais. Portanto nos permite questionar as categorias unitárias e universais nos fazendo pensar em termos de pluralidade e diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma breve análise das falas obtidas pelas entrevistas com os educadores observamos a necessidade de tal conteúdo abranger as bases formativas da Educação Social que deve acompanhar sua época e se adaptar as necessidades vigentes nos possibilitando trabalhar com “todos os tipos de pessoas” como nos relata o educador/a E. Deste modo mantemos a concepção de que a educação social deve estar onde se faz necessária sua atuação, mostrando-nos as lacunas de nosso sistema para que sua ajuda seja válida na luta contra as injustiças sociais e na reivindicação e manutenção de nossos direitos, pois como afirma a educador/a B “somos sujeitos de direitos e deveres” e eles devem ser respeitados. Quando adentramos ao quesito formação obtivemos a resposta unânime de todos/as os/as entrevistados/as alegando não estarem preparados/as para trabalhar diante dos temas gênero e sexualidade, assim como nos afirma a educadora B em relação a sua capacidade de atuar diante de tais temáticas “Preparada não, mas no nosso dia a dia a gente sempre vai encontrar com estas situações, pode ter certeza”, e por encontrarmos em nosso ambiente de atuação surge à emergência de nos aprofundarmos teoricamente e também em nossa prática educativa. Acerca do feminismo os/as educadores/as entrevistados/as apresentaram pouco conhecimento, sendo que alguns relataram não conhecer, outros nos disseram que “É um movimento realizado por mulheres” em prol “Dos direitos” (educador/a A), de modo geral não nos sabendo explicar de fato sobre o movimento, então neste ponto deixamos uma questão, se os feminismos lutam por igualdade de direitos entre os gêneros, por que nós educadores/as sociais não os estudamos? Já que nos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



oferecem uma gigantesca contribuição histórica. Como conclusão explicitamos a necessidade de maiores olhares para as bases teóricas estudadas ampliando o leque de conteúdos e incluindo os temas de gênero e sexualidade, pois mantemos como concepção que ele é fundamental para a práxis do/a educador/a social.

REFERÊNCIAS

BAARS, R. **Levantamento sobre crianças em situação de risco no Brasil**. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4864>> acesso em: 17 de março de 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília, 2016

FELIPE, Jane. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**, 2004.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e praticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. 2012.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 483-505, Set/Dez, 2005.

MOTT, L. MICHELS, E. PAULINHO. **Grupo gay da Bahia, relatórios 2016, assassinatos de lgbt no brasil**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>> Acesso em: 7 de março de 2017.

MÜLLER, V. R.; MOURA, F.; NATALI, P. M.; SOUZA, C. R. T. **A formação do profissional da educação social: espectros da realidade**. Anais do XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/ CONESUL UFSC, Florianópolis, 2010.

NATALI, P. M. **Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores latinos americanos**. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2016

NUÑES, V. **Pedagogía social: cartas para navegar em el novo milenio**. Buenos Aires :EdicionesSantillana S.A, 1999. 176 p.

Realização:



Apoio:



PAIVA, J. S. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua.** 2011. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2011

_____. (org). *Educação Sexual na Escola: equidade de gênero, livreorientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.* Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD / Ministério da Educação, 2008b.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas. 1987.

SANTOS, S. P. As teorias feministas e a evolução das relações de gênero na sociedade, **Publicatio UEPG: Ciências sociais aplicadas**, Ponta Grossa, p. 213-233, jul/dez. 2012.

SOUZA, C. R. T.; NATALI, P. M.; MÜLLER, V. R. **Educação social e educação física: Experiências de formação.** In: XIX congresso brasileiro de ciências do esporte. 2015, Vitória. Anais... Vitória: Conbrace, 2015. 14 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, jul/dez 1995: p.71-100.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2017.

ABSTRACT

The social educators conception about gender and sexuality themes, as well as a short dialogue about the feminisms and their formation about social education are the themes of this article. The social education in Brazil is still in the process of constitution and from this comes the need to problematize the bases commonly studied and suggest new topics to be discovered in the area, as is the case of the issues of gender and sexuality. This research will investigate the understanding of social educators of the project “Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivai” from Ivaipora-PR about the gender and sexuality issues questioning their degree related to these themes and suggesting new possible ways to research, identifying their understandings, characterizing the found aspects and problematizing and putting to a contrast all the informations analyzed. This research characterized as qualitative and exploratory design. The data were analyzed by content analysis method. The results of this study show us the educator’s conceptions and their formation, besides giving a starting point to a new issues of studies and for the action of the project in question.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação





Keywords: Social Education; Gender; Sexuality; Grade.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação

